

Superior Tribunal de Justiça

**RE nos EDcl nos EDcl nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº
279.035 - MG (2002/0034887-3)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : MINAS DA SERRA GERAL S/A
ADVOGADOS : RODOLFO DE LIMA GROPEN - MG053069
GERSON STOCCO DE SIQUEIRA - RJ075970
JOAO DACIO DE SOUZA PEREIRA ROLIM E OUTRO(S) -
MG000822A
RECORRIDO : UNIÃO

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO TRIBUTÁRIO. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. ANO-BASE 1990. CORREÇÃO MONETÁRIA. **TEMA 298/STF**. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. SEGUIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por Minas da Serra Geral S/A, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Primeira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fls. 306/307):

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. ANO-BASE 1990. CORREÇÃO MONETÁRIA. LEI N. 8200/91, ART. 3º, INC. I. APURAÇÃO DO LUCRO REAL. DIFERENÇA ENTRE O IPC E O BTNF. DIFERIMENTO DA DEVOLUÇÃO DO CRÉDITO SURGIDO. LEGALIDADE.

Tendo o direito do contribuinte à devolução dos valores recolhidos, concernentes à observância do BTN Fiscal, e não do IPC, na correção monetária das demonstrações financeiras ano-base 1990, surgido com a própria lei que estabeleceu a forma como a soma deveria ser recuperada, e não tendo sido declarada a inconstitucionalidade dos ditames previstos na Lei n. 8200/91, não se vislumbra ilegalidade nas restrições que impôs.

A pretensa violação ao art. 43 do Codex Tributário não é suficiente à determinação, pelo Judiciário, de que os valores sejam imediatamente compensáveis ou restituíveis, haja vista a Lei n. 7799/89 ter produzido seus normais efeitos, com plena eficácia, até a edição da Lei n. 8200/91, que a revogou, na parte concernente à correção monetária das demonstrações financeiras e, ainda, existir lei, em vigor, regulando a sua devolução.

Não há que se falar em enriquecimento ilícito do Estado, ao se consentir com a validade, em sua plenitude, do art. 3º da Lei n. 8200/90.

Superior Tribunal de Justiça

Tal desvirtuamento ocorreria se os valores fossem ser devolvidos sem observar qualquer correção do montante pago em excesso.

Refoge à competência desse Colendo Tribunal, examinar a possibilidade de ter o Governo Federal instituído verdadeiro empréstimo-compulsório, em inobservância ao princípio da reserva legal e das hipóteses constitucionalmente previstas, ao indicar o B.T.N. Fiscal como índice aplicável na correção monetária das demonstrações financeiras ano-base de 1990, por estar adstrita, tal análise, ao recurso extraordinário stricto sensu, ex vi do art. 103, inc. III, alínea "a", da Carta da República.

Ademais, a Excelsa Corte "concluindo o julgamento de recurso extraordinário (v. Informativo 88), (...) por maioria de votos, declarou a constitucionalidade do art. 3º, inciso I, da Lei 8.200/91, sob o entendimento de que "a referida norma, ao prever hipótese nova de dedução na determinação do lucro real, constituiu um favor fiscal, ditado por opção de política legislativa, salientando, ainda, que o conceito de lucro real decorre exclusivamente de lei, sujeita ao critério da proporcionalidade." (Informativo n. 266/STF).

Embargos de divergência rejeitados.

Os embargos de declaração opostos na sequência foram rejeitados (fl. 337/341).

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 356/370), sustenta a parte recorrente que o acórdão recorrido violou os artigos 150, III, e 195, I, c, da Constituição Federal.

Defende o direito da parte em reconhecer os efeitos da diferença IPC/BTNF na determinação da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, independente da constitucionalidade do diferimento estabelecido pelo artigo 3º, I, da Lei n. 8.200/91.

Apresentadas as contrarrazões às fls. 376/383.

O recurso extraordinário foi inadmitido às fls. 385/386, subindo ao Supremo Tribunal Federal em razão da interposição de agravo em recurso extraordinário.

A Corte Suprema determinou a devolução dos autos para aguardar o julgamento do tema 298 de repercussão geral.

Às fls. 462, o Ministro Felix Fischer determinou o sobrestamento do feito.

É o relatório.

Extrai-se dos autos que o recurso extraordinário ora em análise foi interposto contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça que decidiu que as demonstrações financeiras do ano-base de 1990 deverão ser atualizadas pelo BTNF, e não pelo IPC, na esteira do entendimento do Supremo Tribunal Federal, de que a Lei n.º 8.200/91 não modificou a disciplina da base de cálculo do imposto de renda referente ano-base em questão, tampouco determinou a aplicação do IPC no período.

E, ao assim decidir, verifica-se que esta Corte Superior de Justiça decidiu em consonância com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 545.796/RJ, sob a sistemática da repercussão geral, em que se firmou a tese de que "É constitucional a sistemática estabelecida no artigo 3º, inciso I, da Lei 8.200/1991 para a compensação tributária decorrente da correção monetária das demonstrações financeiras de

Superior Tribunal de Justiça

peças jurídicas no ano-base 1990". (Tema 298/STF).

Confira-se, a propósito, a nota do julgamento, ocorrido em 25/10/2019 e ainda pendente de publicação:

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, apreciando o Tema 298 da repercussão geral, negou provimento ao recurso extraordinário, nos termos do voto do Relator. Foi fixada a seguinte tese: "É constitucional a sistemática estabelecida no artigo 3º, inciso I, da Lei 8.200/1991 para a compensação tributária decorrente da correção monetária das demonstrações financeiras de pessoas jurídicas no ano-base 1990". Plenário, Sessão Virtual de 18.10.2019 a 24.10.2019.

Vale anotar, em remate, que todas as demais alegações constantes no recurso extraordinário configuram inovação de fundamento.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", segunda parte, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente